

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	504.397.379
Preferenciais	0
Total	504.397.379
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	3.005.344	2.955.692
1.01	Ativo Circulante	421.634	397.710
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.670	27.563
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.270	13.599
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	14.270	13.599
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	14.270	13.599
1.01.03	Contas a Receber	28.009	27.650
1.01.03.01	Clientes	28.009	27.650
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	27.688	27.650
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	321	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.107	2.013
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.107	2.013
1.01.06.01.01	Tributos e contribuições a compensar	5.107	2.013
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	326.578	326.885
1.01.08.03	Outros	326.578	326.885
1.01.08.03.03	Ativo contratual	297.283	305.707
1.01.08.03.04	Outros Ativos	29.295	21.178
1.02	Ativo Não Circulante	2.583.710	2.557.982
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.582.126	2.556.321
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	65.950	85.413
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	65.950	85.413
1.02.01.04	Contas a Receber	16.928	14.549
1.02.01.04.01	Clientes	16.928	14.549
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.499.248	2.456.359
1.02.01.10.03	Ativo contratual	2.489.740	2.447.015
1.02.01.10.05	Outros créditos	9.508	9.344
1.02.03	Imobilizado	1.106	1.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.106	1.164
1.02.04	Intangível	478	497
1.02.04.01	Intangíveis	478	497
1.02.04.01.02	Intangível	478	497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	3.005.344	2.955.692
2.01	Passivo Circulante	170.044	168.495
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	415	722
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	415	722
2.01.02	Fornecedores	1.910	2.088
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.910	2.088
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.910	2.088
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.681	33.675
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.681	33.675
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	5.182	5.397
2.01.03.01.03	PIS e COFINS diferido	27.499	28.278
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	96.893	102.282
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	65.720	63.948
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	65.720	63.948
2.01.04.02	Debêntures	31.173	38.334
2.01.04.02.01	Financiamentos e Debentures	31.173	38.334
2.01.05	Outras Obrigações	36.293	27.773
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	614	1.234
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	614	1.234
2.01.05.02	Outros	35.679	26.539
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	648	648
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	4.006	4.293
2.01.05.02.05	Outras obrigações	31.025	21.598
2.01.06	Provisões	1.852	1.955
2.01.06.02	Outras Provisões	1.852	1.955
2.01.06.02.04	Outras Provisões	1.852	1.955
2.02	Passivo Não Circulante	1.626.392	1.626.620
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	963.182	983.511
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	530.690	542.680
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	530.690	542.680
2.02.01.02	Debêntures	432.492	440.831
2.02.01.02.01	Financiamentos e Debentures	432.492	440.831
2.02.03	Tributos Diferidos	663.210	641.513
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	663.210	641.513
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição social diferida	432.909	415.164
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	230.301	226.349
2.02.04	Provisões	0	1.596
2.02.04.02	Outras Provisões	0	1.596
2.02.04.02.04	Contingências Passivas	0	1.596
2.03	Patrimônio Líquido	1.208.908	1.160.577
2.03.01	Capital Social Realizado	504.397	504.397
2.03.04	Reservas de Lucros	656.180	656.180
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	620.180	620.180
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	36.000	36.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.331	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	102.458	112.052
3.01.01	Receita Operacional Líquida	102.458	112.052
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.715	-4.116
3.02.01	Custo	-3.715	-4.116
3.03	Resultado Bruto	98.743	107.936
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.849	-2.689
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.849	-2.689
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.894	105.247
3.06	Resultado Financeiro	-29.821	-31.800
3.06.01	Receitas Financeiras	4.043	4.569
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.864	-36.369
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67.073	73.447
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.742	-22.097
3.08.01	Corrente	-997	-725
3.08.02	Diferido	-17.745	-21.372
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.331	51.350
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.331	51.350
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0958	0,1018
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0958	0,1018

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	48.331	51.350
4.03	Resultado Abrangente do Período	48.331	51.350

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.399	59.561
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.232	-17.234
6.01.01.01	Lucro líquido do período	48.331	51.350
6.01.01.02	Remuneração do ativo contratual	-110.164	-119.746
6.01.01.03	Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	-4.957	-4.977
6.01.01.05	Provisões	-1.596	-1.543
6.01.01.06	PIS e COFINS diferidos	3.173	4.125
6.01.01.08	Amortização dos custos de transação	250	250
6.01.01.09	Rendimento de aplicação financeira vinculada	-3.211	-4.817
6.01.01.10	Depreciação e amortização	77	85
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.745	21.372
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social correntes	997	725
6.01.01.13	Provisão de Bônus e PLR	-204	0
6.01.01.14	Juros apropriados sobre financiamentos	16.280	16.255
6.01.01.15	Juros apropriados sobre debêntures	17.047	19.687
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	74.564	77.338
6.01.02.01	Ativo contratual	80.820	80.128
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-2.417	-2.991
6.01.02.03	Partes relacionadas	-941	-308
6.01.02.06	Tributos a recuperar	-3.158	-313
6.01.02.08	Fornecedores	-178	-7.706
6.01.02.10	Taxas regulamentares	-287	194
6.01.02.15	Provisões	-103	-729
6.01.02.16	Outras obrigações	9.427	4.969
6.01.02.17	Obrigações fiscais	-215	-112
6.01.02.19	Outros créditos	-8.281	4.256
6.01.02.20	Encargos sociais e trabalhistas	-103	-50
6.01.03	Outros	-933	-543
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-933	-543
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-273	-23.259
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-4.498	-44.177
6.02.02	Resgates em títulos e valores mobiliários	4.225	20.918
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-37.019	-35.829
6.03.03	Pagamento de principal de empréstimos	-15.190	-13.475
6.03.04	Pagamento de principal de debêntures	-9.027	-8.011
6.03.05	Pagamento de juros de empréstimos	-11.328	-11.872
6.03.06	Pagamento de juros de debêntures	-23.750	-22.952
6.03.08	Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	-16.116	-42.295
6.03.09	Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	38.392	62.776
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.107	473
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.563	7.967
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.670	8.440

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	504.397	0	656.180	0	0	1.160.577
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	504.397	0	656.180	0	0	1.160.577
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.331	0	48.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.331	0	48.331
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	504.397	0	656.180	48.331	0	1.208.908

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	504.397	0	729.453	0	0	1.233.850
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	504.397	0	729.453	0	0	1.233.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.350	0	51.350
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.350	0	51.350
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	504.397	0	729.453	51.350	0	1.285.200

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

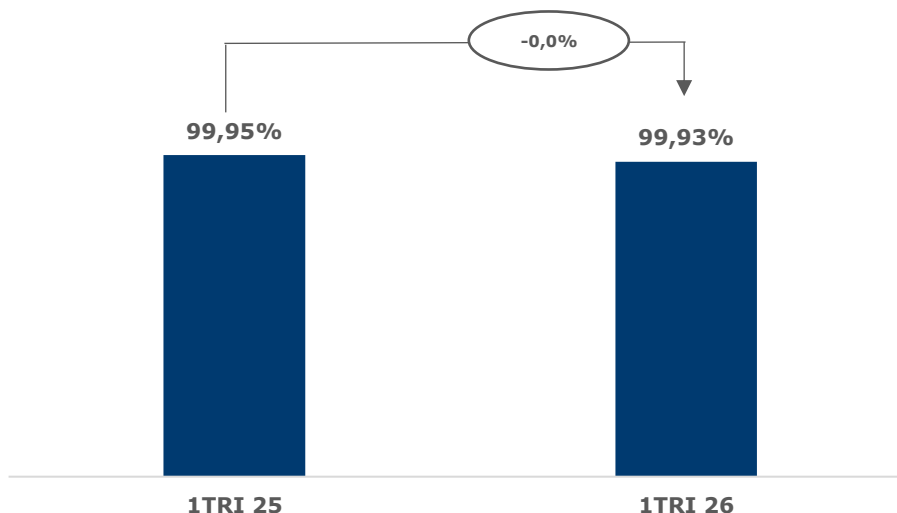
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2026 à 31/03/2026	01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	113.377	124.043
7.01.02	Outras Receitas	113.377	124.043
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	110.164	119.746
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	4.957	4.977
7.01.02.04	Outras receitas	-1.744	-680
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.178	-3.779
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.403	-3.266
7.02.04	Outros	-775	-513
7.03	Valor Adicionado Bruto	109.199	120.264
7.04	Retenções	-77	-85
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77	-85
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	109.122	120.179
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.236	4.826
7.06.02	Receitas Financeiras	4.236	4.826
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	113.358	125.005
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	113.358	125.005
7.08.01	Pessoal	1.604	3.039
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.149	2.627
7.08.01.02	Benefícios	354	319
7.08.01.03	F.G.T.S.	101	93
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.096	34.674
7.08.02.01	Federais	30.018	34.389
7.08.02.03	Municipais	78	285
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	33.327	35.942
7.08.03.01	Juros	33.327	35.942
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.331	51.350
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.331	51.350

Comentário do Desempenho**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.****Comentários de Desempenho
31 de março de 2026 (1TRI 26)****Desempenho Operacional**

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Argo VII ou Companhia) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 8 anos de existência. Entre 2018 e 2020, as 8 subestações e 6 linhas de transmissão (786 km) entraram em operação comercial.

A RAP da Argo VII foi determinada em R\$ 144,6 milhões (valor histórico no Leilão) e atualizada para R\$ 293,0 milhões (valor para o ciclo 2025-2026), com recebimentos mensais, a partir das atualizações monetárias por IPCA.

A Companhia é remunerada pela disponibilização de seus ativos de transmissão por meio da Receita Anual Permitida ("RAP"), que está condicionada ao cumprimento dos níveis de disponibilidade e qualidade exigidos pelo órgão regulador. Eventuais indisponibilidades dos ativos ou da rede de transmissão podem resultar na redução da RAP por meio de descontos denominados Parcela Variável (PV). Assim sendo, a gestão da Companhia atua de forma preventiva e contínua, com foco na manutenção, monitoramento e eficiência operacional dos ativos, de forma a minimizar ocorrências de indisponibilidade e mitigar impactos negativos sobre a receita.



No 1TRI 26, houve indisponibilidade na linha Igaporã III/Pindaí II em função do rompimento de um isolador, com consequente queda de cabo. Já no 1TRI 25, ocorreram desligamentos programados para manutenções preventivas, conforme exigências mínimas da ANEEL, além de registros de indisponibilidade de equipamentos.

Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

No 1TRI 26, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida de 102,5 milhões, uma queda de 8,6% em comparação com o 1TRI 25 (R\$ 112,1 milhões).

A Remuneração dos Ativos de Concessão atingiu R\$ 110,2 milhões no 1TRI 26, ante R\$ 119,7 milhões no 1TRI 25, representando uma redução de 8,0%, esta variação foi influenciada principalmente pelo menor índice de IPCA no período.

Por fim, a Parcela Variável e outras deduções totalizou R\$ 1,7 milhão no 1TRI 26, um aumento de 156,5% se comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 0,7 milhão), decorrendo, principalmente da maior indisponibilidade registrada no período.

Os Encargos Regulatórios e outras deduções apresentaram queda de 8,9% no 1TRI 26, devido ao reflexo do menor índice IPCA no período de comparação, o que reduz a base de cálculo dessas obrigações.

Receita Operacional Líquida (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Operação e Manutenção	4.957	4.977	-0,4%
Remuneração dos ativos de concessão	110.164	119.746	-8,0%
Parcela Variável e outras deduções	(1.744)	(680)	156,5%
Encargos regulatórios e tributários	(10.919)	(11.991)	-8,9%
Receita Operacional Líquida	102.458	112.052	-8,6%

Custos e Despesas

No 1TRI 26, os Custos e Despesas (G&A) apresentaram redução de 18,2% em relação ao 1TRI 25, refletindo as seguintes variações: (i) redução de 42,4% na linha de Pessoal, decorrente do menor pagamento de bônus no ano de 2026 e mudança no cálculo de rateio da área administrativa da Companhia e (ii) a linha "Outros" registrou aumento de 23,0%, decorrente de ajustes contábeis no período.

Não houve custos de construção (investimentos) nos períodos informados.

Custos e D&A (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Serviços de terceiros	(2.995)	(2.952)	1,5%
Custo de construção	-	-	0,0%
Pessoal	(1.912)	(3.319)	-42,4%
Outros	(657)	(534)	23,0%
Custos e Despesas	(5.564)	(6.805)	-18,2%

Comentário do Desempenho

Endividamento

Em março de 2026, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 932,2 milhões, redução de 2,8% em relação a dezembro de 2025 (R\$ 959,2 milhões).

As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 90,9% (R\$ 963,2 milhões) no longo prazo e 9,1% (R\$ 96,9 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 100% dos títulos estão atrelados ao IPCA somado a taxa pré-fixada.

Endividamento			
(Em milhares de reais)	Mar/26	Dez/25	Δ%
Empréstimos e Financiamentos	596.410	606.628	-1,7%
Debêntures	463.665	479.165	-3,2%
Dívida Bruta	1.060.075	1.085.793	-2,4%
Caixa e Aplicações Financeiras	(127.890)	(126.575)	1,0%
Dívida Líquida	932.185	959.218	-2,8%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano.



Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do 1TRI 26 totalizou R\$ 29,8 milhões, uma redução de 6,2% em relação ao 1TRI 25 (R\$ 31,8 milhões), explicada principalmente pelo menor pagamento de despesas financeiras, decorrente do IPCA inferior no 1TRI 26, o que reduziu o impacto financeiro no resultado.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro (Em milhares de reais)	1TRI 26	1TRI 25	Δ%
Receitas de aplicações financeiras	4.050	4.817	-15,9%
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(193)	(257)	-24,9%
Outras receitas financeiras	186	9	1966,7%
Receitas Financeiras	4.043	4.569	-11,5%
Juros e variação monetária	(33.327)	(35.942)	-7,3%
Outras despesas financeiras	(537)	(427)	25,8%
Despesas Financeiras	(33.864)	(36.369)	-6,9%
Resultado Financeiro	(29.821)	(31.800)	-6,2%

Lucro Líquido

No 1TRI 26, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 48,3 milhões, uma redução de 5,9% em relação ao 1TRI 25 (R\$ 51,3 milhões), reflexo, principalmente, da menor receita líquida no período, influenciada pelo recuo do índice do IPCA.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia" ou "Argo VII"), é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 292.995 (valor para o ciclo 2025-2026), conforme resolução homologatória nº. 3.475, de 17 de junho de 2025. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implantação de reforços através das seguintes Resoluções Autorizativas:

- **REA nº 11.325/2022 de 15 de março de 2022**

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento de R\$ 37.650 e Receita Anual Permitida de R\$ 6.600 (para o ciclo 2025-2026), cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

- **REA nº 11.903/2022 de 10 de maio de 2022**

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento de R\$ 67.400 e Receita Anual Permitida de R\$ 11.100 (para o ciclo 2025-2026).

Notas Explicativas

- **REA nº 12.294/2022 de 19 de julho de 2022**

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento de R\$ 67.500 e Receita Anual Permitida de R\$ 10.700 (para o ciclo 2025-2026), com término da obra em outubro de 2024.

- **Resolução Homologatória nº 3.475/25 – Revisão Tarifária Periódica**

Em 17 de junho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.475/25, que estabeleceu o resultado das revisões tarifárias periódicas da Companhia a partir do mês de julho de 2025. Para as receitas ofertadas no leilão tivemos o percentual de reposicionamento de -0,40% e para as receitas oriundas dos reforços o percentual definido foi de 11,14%.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Companhia preparou as informações financeiras intermediárias partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 14 de maio de 2026.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários e fundos vinculados - caixa restrito). O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua e anual. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo da concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo da concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de reforços e melhorias da infraestrutura existente; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 17).

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, publicadas em 29 de janeiro de 2026, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Conta corrente bancária	8.713	8.676
Aplicações financeiras (*)	38.957	18.887
Total	47.670	27.563

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em CDB, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100% do CDI em 31 de março de 2026 (100,05% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Circulante

	31/03/2026	31/12/2025
Fundos de investimentos (*)	14.270	13.599
Total	14.270	13.599

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado à variação do CDI, com remuneração média de 101,04% do CDI em 31 de março de 2026 (100,44% do CDI em 31 de dezembro de 2025). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Notas Explicativas

5.2. Fundos vinculados - caixa restrito

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Conta reserva (**)	65.950	85.413
Total	65.950	85.413

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva". Em 31 de março de 2026, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 99,15% do CDI (98,28% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Contas a receber de clientes	44.616	42.199
Total	44.616	42.199

Em 31 de março de 2026, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Títulos a vencer	27.439	26.584
Títulos vencidos em até 30 dias	125	36
Títulos vencidos em até 90 dias	35	2.048
Títulos vencidos há mais de 90 dias	17.017	13.531
	44.616	42.199
Classificados como:		
Circulante	27.688	27.650
Não circulante (*)	16.928	14.549

(*) Em 31 de março de 2026, o montante de R\$16.928 (R\$14.549 em 31 de dezembro de 2025) classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias inadimplentes em relação ao faturamento da multa rescisória do contrato de uso do sistema de transmissão (CUST), cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.

Notas Explicativas

7. Ativo da concessão

7.1. Composição do ativo da concessão

	31/03/2026	31/12/2025
Receita de construção	2.099.715	2.099.715
Receita de remuneração do ativo de concessão	2.631.022	2.520.858
Recebimentos	(1.832.180)	(1.756.317)
Ganho de eficiência (entrada em operação antecipada)	11.783	11.783
Revisão tarifária periódica	(123.317)	(123.317)
Total	2.787.023	2.752.722
Circulante	297.283	305.707
Não circulante	2.489.740	2.447.015

7.2. Margens de obrigações e performance

	31/03/2026	31/03/2025
Margem de O&M		
Receita	4.957	4.977
Custos	(3.715)	(4.116)
Margem (R\$)	1.242	861
Margem Percebida (%)	25%	17%

7.3. Movimentação dos saldos do ativo da concessão

Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.805.953
Remuneração do ativo de concessão	119.746
Recebimentos	(75.151)
Saldos em 31 de março de 2025	2.850.548
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.752.722
Remuneração do ativo de concessão	110.164
Recebimentos	(75.863)
Saldos em 31 de março de 2026	2.787.023

Notas Explicativas

8. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	636.491		
Juros e variação monetária	16.255		
Pagamentos de principal	(13.475)		
Pagamentos de juros	(11.872)		
Custo de transação	20		
Saldos em 31 de março de 2025	627.419		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	606.628		
Juros e variação monetária	16.280		
Pagamentos de principal	(15.190)		
Pagamentos de juros	(11.328)		
Custo de transação	20		
Saldos em 31 de março de 2026	596.410		
	31/03/2026	31/03/2025	
Classificados como:			
Circulante	65.720	58.551	
Não Circulante	530.690	568.868	

- a. Em 28 de maio de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 687.664, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros médio ponderado de 2,17% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito "A" iniciou em 15 de outubro de 2018 e com liquidação prevista em 15 de setembro de 2032 e a amortização do subcrédito "B" iniciou em 15 de janeiro de 2019 com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2032.
- b. Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 145.764, para a implantação dos Reforços de seu projeto. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA + 6,81% ao ano. Esse financiamento será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas para o subcrédito "A" e 129 (cento e vinte e nove) prestações mensais e sucessivas para o subcrédito "B". A amortização do subcrédito "A" iniciou em 15 de novembro de 2023 e a amortização do subcrédito "B" iniciou em 15 de abril de 2024, ambos com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2034.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2026
2027	70.007
2028	78.956
2029	86.636
2030 em diante	295.091
Total	530.690

Notas Explicativas

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VII;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,30 (um inteiro e três décimos).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

Notas Explicativas

9. Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão
Saldos em 31 de dezembro de 2024	481.614
Juros e variação monetária	19.687
Pagamentos principal	(8.011)
Pagamentos juros	(22.952)
Custo de transação	230
Saldos em 31 de março de 2025	470.568
Saldos em 31 de dezembro de 2025	479.165
Juros e variação monetária	17.047
Pagamentos principal	(9.027)
Pagamentos juros	(23.750)
Custo de transação	230
Saldos em 31 de março de 2026	463.665

Classificado como:

	31/03/2026	31/03/2025
Circulante	31.173	26.347
Não Circulante	432.492	444.221

Em 15 de dezembro de 2018, a Argo VII realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 395.000, com vencimento em 17 de março de 2036 e taxa de remuneração de IPCA + 8,28% a.a., destinadas à implantação das instalações de energia elétrica da Companhia.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2026
2027	22.411
2028	35.857
2029	33.616
2030 em diante	340.608
Total	432.492

Notas Explicativas

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação semestral de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

10. Tributos indiretos diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

Notas Explicativas

Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gloss up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

A movimentação para os período findo em 31 de março de 2026 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Constituição	Amortização	Saldos em 31/03/2026
PIS e COFINS Diferidos	254.627	10.649	(7.476)	257.800
Total	254.627	10.649	(7.476)	257.800

Classificados como:

Circulante	28.278	27.499
Não circulante	226.349	230.301

11. Provisões e contingências

11.1. Provisões

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão da Argo VII estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de reforços, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações. O montante de saldo de provisão em 31 de março de 2026 é de R\$ 1.852 (R\$ 1.955 em 31 de dezembro de 2025).

11.2. Contingências prováveis

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

11.3. Contingências possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 31 de março de 2026, as reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 34.815 (R\$ 35.534 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

12. Partes relacionadas

Parte relacionada	Vigência	31/03/2026		31/12/2025	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos					
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	321	614	-	1.234
Dividendos					
Argeb Energia Empreendimentos e Part.		-	648	-	648
		321	1.262	-	1.882

12.1. Remuneração da Administração

A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso estabelecido no Contrato de Compartilhamento de Despesas.

O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 391 em 31 de março de 2026 (R\$ 458 em 31 de março de 2025).

13. Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2026 e em dezembro de 2025, o capital social da Companhia subscrito é de R\$504.397 tendo sido integralizados 504.397.379 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	100	504.397.379	100

13.1. Reservas de lucros

13.1.1. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do período deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Notas Explicativas

13.1.2. Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

13.2. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em dezembro de 2025, a Companhia deliberou R\$648 a título de dividendos mínimos obrigatórios, com expectativa de pagamento até 31 de julho de 2026

14. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de remuneração do ativo da concessão	110.164	119.746
Receita de operação e manutenção	4.957	4.977
Parcela variável e outras deduções	(1.785)	(680)
Outras receitas	41	-
Receita operacional bruta	113.377	124.043
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(3.173)	(4.125)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(6.746)	(6.875)
(-) Encargos regulatórios	(1.000)	(991)
Receita operacional líquida	102.458	112.052

Notas Explicativas**15. Custos e despesas por natureza**

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	(2.995)	(2.952)
Pessoal	(1.912)	(3.319)
Arrendamentos e aluguéis	(75)	(85)
Depreciação e amortização	(77)	(85)
Seguros	(293)	(206)
Tributos	(78)	(38)
Materiais	(40)	(23)
Outros	(94)	(97)
Total	(5.564)	(6.805)
Valores alocados a:		
Custos de construção	-	-
Custos de operação e manutenção	(3.715)	(4.116)
Despesas gerais e administrativas	(1.849)	(2.689)

16. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	4.050	4.817
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(193)	(257)
Outras receitas financeiras	186	9
Total	4.043	4.569
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(17)	(11)
Juros e variação monetária	(33.327)	(35.942)
Outras despesas financeiras	(520)	(416)
Total	(33.864)	(36.369)
Resultado financeiro	(29.821)	(31.800)

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	67.073	73.447
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(22.805)	(24.972)
Incentivos fiscais (*)	3.952	2.925
Adições e exclusões permanentes	105	-
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	-	(55)
(+) Outros	6	5
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(17.745)	(21.372)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(997)	(725)
	28%	30%

Alíquota efetiva

- (*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

17.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(79.619)	475.762	396.143
Utilização de prejuízo fiscal (a)	(3.592)	-	(3.592)
Contratos de concessão (b)	-	24.964	24.964
Saldos em 31 de março de 2025	(83.211)	500.726	417.515
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(83.666)	498.830	415.164
Utilização de prejuízo fiscal (a)	(2.932)	-	(2.932)
Contratos de concessão (b)	-	20.677	20.677
Saldos em 31 de março de 2026	(86.598)	519.507	432.909

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato da Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Notas Explicativas

18. Resultado por ação

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do período	48.331	51.350
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	504.397.379	504.397.379
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0958	0,1018

19. Instrumentos financeiros

19.1. Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	14.270	13.599	14.270	13.599
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	65.950	85.413	65.950	85.413
Total			80.220	99.012	80.220	99.012
Custo Amortizado:						
Conta corrente bancária e equivalentes de caixa	4	2	47.670	27.563	47.670	27.563
Contas a receber de clientes	6		44.616	42.199	44.616	42.199
Partes relacionadas			321	-	321	-
Outros ativos			38.803	30.522	38.803	30.522
Total			131.410	100.284	131.410	100.284
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores			1.910	2.088	1.910	2.088
Empréstimos e financiamentos	8		596.410	606.628	596.410	606.628
Debêntures	9		474.397	478.037	463.665	479.165
Partes relacionadas	12		614	1.234	614	1.234
Dividendos a pagar	13.2		648	648	648	648
Outros passivos			31.025	21.598	31.025	21.598
Total			1.105.004	1.110.233	1.094.272	1.111.361

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das informações financeiras intermediárias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

19.1.1. Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento.

19.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

19.2.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

Notas Explicativas

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2026, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 44.616 (R\$ 42.199 em 31 de dezembro de 2025).

19.2.2. Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

19.2.3. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

19.2.4. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2026, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.910	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.720	70.007	78.956	381.727
Debêntures	31.173	22.411	35.857	374.224
Total	98.803	92.418	114.813	755.951

19.3. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2026, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2026, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das informações financeiras intermediárias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,90% ao ano, para o IPCA, é de 4,51% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de dezembro de 2025 é de 8,98% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	47.670	5.673	4.255	2.837
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	14.270	1.698	1.274	849
Fundos vinculados – caixa restritos	Redução do CDI	65.950	7.848	5.886	3.924
Total		127.890	15.219	11.415	7.610
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	596.410	53.558	40.169	26.779
Debêntures	Aumento do IPCA	474.397	21.395	16.046	10.698
Total		1.070.807	74.953	56.215	37.477

Notas Explicativas

20. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam procedimento de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas e riscos, considerando a natureza da atividade. Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	3.067.000	07/09/2026
Seguros - Responsabilidade civil	Fator Seguradora S/A	70.000	07/09/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

21. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/03/2026	31/03/2025
Compensação de IRPJ	3.952	2.925

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem os Comentários de Desempenho.

Nossa conclusão sobre as informações intermediárias não abrange os Comentários de Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler os Comentários de Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nos Comentários de Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações